

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.403 - SE (2019/0237611-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE**  
**ADVOGADO** : **LAYANA TYARA CAMPOS DERTÔNIO - SE004990**  
**RECORRIDO** : **MARLEIDE ROQUE BELARMINO**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. SÚMULA 282/STF. EXECUÇÃO FISCAL. ANUIDADES DE CONSELHO PROFISSIONAL. ART. 8º DA LEI Nº 12.514/2011. INTERPRETAÇÃO DA NORMA LEGAL. VALOR EXEQUENDO SUPERIOR AO EQUIVALENTE A 4 (QUATRO) ANUIDADES. CONECTÁRIOS LEGAIS. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE, E NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 95):

ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. MENOS DE 4 ANUIDADES. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO PROVIDA.

1. Trata-se de apelação de sentença nos embargos à execução que julgou improcedente o pedido de extinção da execução sem resolução do mérito por falta de interesse de agir.

2. Em suas razões de apelação, o particular sustenta a nulidade da citação por edital e a ausência de interesse de agir.

3. O art. 8º, da Lei nº 12.514/2011 estabelece como valor ínfimo aqueles inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente e, conseqüentemente, vedando a sua execução judicial.

4. Assim, tem-se a impossibilidade da cobrança, tendo em vista a falta de interesse de agir. Cumpre destacar que a norma visa à economia para os cofres públicos, uma vez que o dispêndio com esse tipo de cobrança supera em muito o valor a ser arrecadado, que é ínfimo.

5. A imposição legal de não cobrança de valores abaixo de 04 anuidades não implica violação alguma à garantia constitucional do amplo acesso à justiça, já que o exercício do direito de ação não é absoluto, devendo, por outro lado, preencher certas condições e pressupostos estabelecidos na legislação de regência.

6. Apelação provida. Inversão do ônus da sucumbência.

No apelo especial (fls. 103-112), o recorrente alega a legalidade e legitimidade da citação nos termos do artigo 246 do Código de Processo Civil (CPC); e violação ao art. 8º da Lei 12.514/2011. Argumenta que a interpretação a ser dada ao referido dispositivo deveria ser para levar em consideração o valor nominal do crédito executado, e não o

quantitativo de anuidades cobradas.

Com Contrarrazões.

Decisão de admissibilidade à fl. 148.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, no que diz respeito ao artigo 246 do CPC/2015 (e a tese a ele vinculada), verifica-se que não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Com efeito, não obstante o legislador tenha feito referência à quantidade de quatro anuidades, a real intenção foi prestigiar o valor em si do montante exequendo, pois, se de baixo aporte, eventual execução judicial seria ineficaz, já que dispendioso o processo judicial.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. ANUIDADES DE CONSELHO PROFISSIONAL. ART. 8º DA LEI Nº 12.514/2011. INTERPRETAÇÃO DA NORMA LEGAL. VALOR EXEQUENDO SUPERIOR AO EQUIVALENTE A 4 (QUATRO) ANUIDADES. CONJECTÁRIOS LEGAIS. CONSIDERAÇÃO.

1. O art. 8º da Lei nº 12.514/2011 estabelece que: "*Os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente.*"

**2. Da leitura do dispositivo legal, extrai-se que a limitação imposta para o ajuizamento da execução fiscal refere-se ao valor da dívida na época da propositura da ação, o qual não poderá ser "*inferior a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente*".**

**3. No caso concreto, apesar de a dívida executada referir-se a apenas 3 (três) anuidades, o valor do montante executado, ou seja, principal mais acréscimos legais, supera em muito o equivalente "*a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente*", não havendo, por isso, razão para se extinguir o feito. Precedente: REsp 1.488.203/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, 2.ª Turma, j. em 20/11/2014, DJe 28/11/2014.**

**4. Ademais, "*não obstante o legislador tenha feito referência à quantidade de quatro anuidades, a real intenção foi prestigiar o valor em si do montante exequendo, pois, se de baixo aporte, eventual execução judicial seria ineficaz, já que dispendioso o processo judicial*" (REsp 1.468.126/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, 2.ª Turma, j. em 24/02/2015, DJe 06/03/2015).**

**5. Recurso especial a que se dá provimento, em ordem a ensejar a retomada da execução (REsp 1.425.329/PR, Rel. Min. Sergio Kukina, Primeira Turma, DJe 16/04/2015, grifo nosso).**

Dessa forma, o acórdão recorrido merece reforma, pois está em confronto com a jurisprudência desta Corte.

Ante o exposto, conheço em parte do Recurso Especial, e nessa extensão, dou-lhe provimento.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator